Acessibilidade e barreiras na educação superior

Juliana Cavalcante de Andrade Louzada- Programa de Pós-graduação. Faculdade de Filofofia e Ciências- UNESP – Marília/SP, Brasil e-mail: ju_louzada@hotmail.com
Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins. Departamento de Educação Especial- Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP Marília/SP, Brasil e-mail: sandra.sartoreto@gmail.com
Apoio: CNPq

RESUMO

Ao pensar em uma sociedade inclusiva é preciso que questões voltadas à ruptura de barreiras e a promoção da acessibilidade sejam foco de estudos para promover a inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes âmbitos sociais, incluindo o Ensino Superior. Nesse sentido este estudo que teve como objetivo adaptar e avaliar o *Índice de Inclusión para Educación Superior* (INES) para posteriormente identificar e analisar as barreiras de acessibilidade existentes no contexto universitário. O INES é uma ferramenta colombiana, composta por três questionários formados por 25 indicadores, que permite que as IES identifiquem suas abordagens acerca da acessibilidade para assim viabilizar uma educação inclusiva e de qualidade. A adaptação do instrumento possibilitou alterar alguns indicadores, bem como suas definições para torná-los mais próximos da realidade local. Alunos do curso de educação física realizaram análise do instrumento após sua adaptação e a maioria dos enunciados teve aprovação superior a 70%. Os resultados até o momento sugerem que o material esta adequado para dar andamento na pesquisa e elucidar os demais objetivos propostos. Espera-se que, com o instrumento adaptado seja possível constatar e analisar as barreiras existentes nos diferentes espaços universitário, visando a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação Superior. Barreiras

INTRODUÇÃO

Possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência na universidade implica em romper barreiras de acessibilidade para que isso se concretize. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), entende-se por acessibilidade

> [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

O ingresso de estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior é fator determinante para a consolidação das propostas de educação inclusiva e vem se tornando cada vez mais presente no cenário nacional, aumentando discussões e estudos acerca desta temática. Oliveira et al (2016) analisaram a produção científica existente a respeito da educação inclusiva no ensino superior a partir de uma revisão integrativa da literatura, que permitiu observar que a maioria dos estudos "tratava dessas necessidades como um problema de saúde desvinculando o indivíduo com essas deficiências do contexto educacional", pressupondo que as discussões ainda não estão prontas e não se encerram em si mesmas.

Nesse aspecto, Borges e Martins (2017) investigaram as concepções, atitudes e desafios dos docentes e não-docentes com relação à inclusão dos estudantes com necessidades especiais no Ensino Superior, e concluíram que as experiências dos estudantes com necessidades especiais em termos de acesso e condições para ingressar e permanecer no Ensino Superior ainda são marcadas por diversas dificuldades e constrangimentos. Ainda nesse sentido, outra pesquisa objetivou analisar criticamente a normatização e legitimação do acesso e a participação do público-alvo da Educação Especial (deficiência física, auditiva, visual, intelectual, altas habilidades/superdotação) – PAEE em instituições de ensino superior, e concluiu que ainda há um distanciamento significativo entre o que está posto no discurso legal e as condições efetivas para uma plena participação acadêmica e social desse público no contexto universitário (CABRAL & MELO, 2017). Corroborando com esses resultados, Anache e Cavalcante (2018) apontam que as condições de acessibilidade em uma universidade pública federal ainda carecem de investimentos na infraestrutura, no currículo, no sistema de informação e na formação de profissionais.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP, 2018), indicam que 11.578.772 de estudantes brasileiros efetuaram matrículas em Instituições de Ensino Superior, em 2017. Dessa amostra total, 38.272 declararam apresentar uma ou mais necessidades especiais constitutivas do público alvo da educação especial, resultando num total de 39.855, uma vez que o mesmo estudante pode declarar mais de uma das necessidades mencionadas.

Conforme destacado na Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) e reiterado pela lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), o público alvo da educação especial é caracterizado por

> [...] aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. [...] Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2007; 2015).

Das 38.272 matrículas efetivadas, 2.203 eram cegos, 10.619 deficientes visuais, 2.138 surdos, 5.404 deficientes auditivos, 14.449 deficientes físicos, 139 eram surdocegos, 690 deficientes múltiplos, 2.043 deficientes intelectuais, 1.103 com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (sendo eles 378 autistas, 376 com Síndrome de Asperger, 123 com Síndrome de Rett, 226 com Transtorno Desintegrativo da Infância) e 1.067 com Superdotação.

Nas últimas décadas, o aumento de matrícula do público mencionado nos cursos de graduação nas IES tem sido atribuído ao desenvolvimento de políticas públicas inclusivas relacionadas especificamente ao ensino superior. Entre elas, podem ser citados o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; o Programa Universidade para Todos – PROUNI; e o Programa de Inclusão no Ensino Superior INCLUIR (BRASIL, 2013). Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, prevê que as instituições de ensino superior devem

> [a]ssegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de

> professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

Assim, indiscutivelmente, pode-se afirmar que toda política gerada representa uma importante conquista. Porém há de se ponderar que esse avanço promove mudanças pontuais nos direitos, o que não valida uma mudança de concepção diante da pessoa com deficiência. Por conseguinte, entende-se que não basta estar presencialmente nas salas e/ou nos espaços regulares de ensino, há de se lutar para que este grupo de fato usufrua do capital cultural que circula nas instituições, nas diferentes etapas de educação.

Nesse aspecto, Louzada (2017) investigou e descreveu a organização de conteúdos curriculares da Educação Especial nos cursos de Licenciatura em Educação Física de universidades públicas do estado de SP e concluiu que os conteúdos voltados à temática da inclusão, em destaque o PAEE, são abordados no processo de formação desses professores com a finalidade de fornecer suporte teórico e orientações metodológicas, contudo não esgotam as possibilidades de barreiras a serem enfrentadas por um aluno com deficiência na sala de aula.

Deste modo, tornar a educação superior uma modalidade de ensino igualmente acessível a todos os que desejam cursá-la tem-se constituído uma das metas principais dos dirigentes que legislam sobre o direito básico do acesso à Educação. Assim, problematizar as condições de acessibilidade na universidade remete, por conseguinte, conceber a universidade como um espaço democrático, formador de opiniões e de produção de conhecimento, o que exige o delineamento de ações pautadas na eliminação das barreiras as quais impedem a plena participação dessa população em diferentes esferas sociais, dentre as quais interessa investigar a provisão de políticas institucionais que visem ao acesso e à permanência de pessoas com deficiência em contextos diferenciados de Educação, no cenário educacional brasileiro.

Nesse sentido, estudiosos na colombia elaboraram o *Índice de Inclusión para Educación Superior* (INES). Trata-se de uma ferramenta que permite que as instituições de ensino superior identifiquem as condições em que se encontram com relação a atenção à diversidade, analisar seus pontos fortes e oportunidades de melhoria e tomar

decisões que qualifiquem a aprendizagem, participação e convivência em comunidade (CARRILLO & ARISTIZABAL, 2017). Baseia-se no conceito de inclusão de Tony Booth e Mel Ainscow, segundo o qual "a inclusão é um conjunto de processos que visam aumentar a participação dos estudantes na cultura, nos currículos e nas comunidades" (BOOTH & AINSCOW, 2000). O referido instrumento pode ser aplicado em larga escala no contexto universitário sem distinção à area de formação ou cursos especificamente.

OBJETIVO

Este trabalho trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado que visa avaliar as contribuições da adaptação do Índice de Inclusão no Ensino Superior - INES para o contexto brasileiro e propor melhoras para o formação de estudantes com deficiência, no contexto universitário. Para este momento, o objetivo foi traduzir, adaptar e avaliar o instrumento para posterior aplicação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Participaram dessa pesquisa universitários com e sem deficiência, docentes e funcionários da IES de diferentes campi conforme a etapa do trabalho. Para esta etapa, a pesquisa contou com a participação de alunos docentes e e funcionários dos campi de Marília e Bauru.

Da adaptação do instrumento – O INES

A adaptação do INES – *Índice de Inclusión para Educación Superior* faz parte de uma pesquisa mais ampla vinculada a uma proposta de doutorado em andamento, cujo título é "Avaliação das Práticas Inclusivas em uma Universidade Pública Brasileira: o uso do INES". Porém, nesta etapa apresentam-se apenas o trabalho de tradução e adequação dos indicadores do questionário para posterior aplicação. Esta ferramenta constitui-se por 12 fatores de organização do sistema institucional de ensino compostos por 25 indicadores que abordam temas centrais da educação inclusiva, subdivididos em questões norteadoras que auxiliam na compreensão da definição dos mesmos, com ênfase no desenvolvimento de culturas, políticas e práticas inclusivas na Universidade, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1. Fatores e Indicadores do Índice de Inclusão para o Ensino Superior – INES.

FATOR	INDICADOR
1. Missão e Projeto Institucional	1.1 Barreiras para aprendizagem e participação
	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes da educação inclusiva
2. Estudantes	2.1 Participação de estudantes
	2.2 Ingresso, permanência, estímulo estudantil e créditos para estudantes
3. Professores	3.1 Participação dos docentes
	3.2 Docentes inclusivos
4. Processos Acadêmicos	4.1 Interdisciplinaridade e flexibilização curricular
	4.2 Avaliação flexível
5. Visibilidade Nacional e Internacional	5.1 Inserção da instituição em contextos academicos nacionais e internacionais
	5.2 Relações externas de professores e estudantes
6. investigação e Criação artítisca e Cultural	6.1. Investigação, inovação e criação artísitica e cultural, na educação inclusiva
	6.2 Articulação da educação inclusiva com os processos de investigação, inovação e criação artísitica e cultural
7. Pertinencia e impacto social	7.1 Extensão, projeção social e contexto regional
	7.2 Acompanhamento e apoio a vinculação ao trabalho
8. Processos de autoavaliação e autoregulação	8.1 Processos de autoavaliação e autorregulação com enfoque da educação inclusiva
	8.2 Estratégias de melhoras
	8.3 Sistemas de informação inclusivos
9. Organização, administração e gestão	9.1 Processos administrativos e de gestão flexível
	9.2 Estrutura organizacional
10. Planta física e recursos de apoio acadêmico	10.1 Recursos, equipamentos e espaço para prática
	10.2 Instalações e Infraestrutura
11. Bem-estar institucional	11.1 Programas de bem-estar universitário
	11.2 Permanência estudantil
12. Recursos Financeiros	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva
	12.2 Apoio financeiro a estudantes.

Fonte: Carrillo & Arristizabal (2017, p.31).

Nesse sentido, procedeu-se a tradução e adaptação do material elaborado para o contexto universitário brasileiro. Para tanto, procedeu-se a etapa de constituiçao de um grupo coordenador (GC) composto por funcionários, docentes e discentes com e sem deficiência, de um dos campus da IES. Esse GC teve por finalidade discutir, aprimorar e adaptar o NES para, dessa forma, melhor se adequar ao contexto universitário no qual se desenvolve esta pesquisa. A composição do GC por pessoas

dos diferentes setores da universidade permitiu uma análise mais ampla das questões e barreiras acerca da acessibilidade considerando diferentes pontos de vista.

No desenvolvimento das reuniões do GC foram apresentados os indicadores originais do documento colombiano e os participantes presentes discutiram de que modo estavam adequados à realidade da universidade investigada, denominada lócus deste trabalho. Nesse sentido, alguns indicadores foram modificados, excluídos, bem como novos indicadores puderam ser criados para contemplar as questões de acessibilidade e inclusão conforme observado nas reuniões do GC e, aproximando dessa forma, o instrumento do contexto universitário em questão.

O projeto piloto

De posse do instrumento devidademente traduzido e adaptado ao contexto local, procedeu-se a aplicação de um projeto piloto com a finalidade de avaliar os enunciados definidos para cada indicador para somente depois proceder a aplicação do. Assim, foi encaminhado um formulário de multipla escolha com o título e a definição de cada indicador. Coube aos respondentes assinalar se a definição correspondia àquele indicador (sim ou não) e tecer comentários pertinentes se houvesse necessidade. Participaram desta etapa alunos do curso de graduação em educação física, psicologia e sistemas de informação. Neste momento, apresentam-se os dados referentes às respostas dos alunos do curso de gradução em educação física.

RESULTADOS

Conforme descrito anteriormente, a adaptação do INES foi conduzida para que o instrumento se adequasse a realidade acadêmica local, uma vez que foi elaborado inicialmente na Colômbia. Os dados apresentados a seguir apresentam as alterações realizadas no tocante aos indicadores e suas respectivas definições após as reuniões do GC (Quadro 2). Cabe destacar que o quadro apresenta apenas os indicadores e definições que sofreram alterações ao longo das discussões.

Quadro 2. Apresentação das alterações realizadas nos indicadores de 1 a 12, bem como em suas respectivas definições quando ocorreram.

	Instrumento Original	**Versão Final após GC**
Indicador	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes da educação inclusiva	1.2 Identificação e caracterização dos estudantes (frequência)

	(frequência)	
Definição	A instituição identifica a diversidade estudantil em suas particularidades (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, físicas, geográficas) e destina ênfase àqueles mais suscetíveis a serem excluídos do sistema.	A instituição identifica a diversidade-pluralidade estudantil em suas diferentes manifestações/esferas (sociais, econômicas, políticas, culturais, linguísticas, sensoriais, sexuais, etno-racial, físicas, geográficas) e destina ênfase àqueles mais suscetíveis a serem excluídos do sistema.
Indicador	8.1 Processos de autoavaliação e autorregulação com enfoque na educação inclusiva	8.1 Processos de autoavaliação e autorregulação com enfoque na educação inclusiva
Definição	A instituição implementa processos de autoavaliação e autorregulação que permitem identificar o comprimento institucional frente ao enfoque da educação inclusiva e suas características.	A instituição implementa processos de autoavaliação e autorregulação que permitem identificar o enfoque da educação inclusiva e suas características.
Indicador	9.1 Programas de bem estar universitário	9.1 Programas de bem estar universitário
Definição	Os programas de bem estar universitário promovem, por meio de ações concretas, a participação dos estudantes e sua adaptação a vida universitária, levando em conta suas particularidades.	As atividades/programas de lazer, cultura e saúde na universidade promovem a participação dos estudantes, considerando suas especificidades.
Indicador	9.2 Permanência Estudantil	9.2 Permanência Estudantil
Definição	A IES identifica como parte do bem estar universitário os fatores associados ao abandono dos estudantes e desenvolve programas que favorecem a permanência de acordo com as suas particularidades.	A IES identifica nas atividades/programas de lazer, cultura e saúde fatores associados à evasão dos estudantes e desenvolve estratégias que favoreçam a permanência de acordo com as suas especificidades
Indicador	11.1 Programa de bem estar universitário	11.1 Programa de bem estar universitário
Definição	Os recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para corresponder às características do foco da educação inclusiva	Os recursos, equipe e espaços de prática são acessíveis e pertinentes para promover a educação inclusiva.
Indicador	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva	12.1 Programas sustentáveis de educação inclusiva
Definição	A instituição garante uma solidez financeira que garante a sustentabilidade das estratégias de educação inclusiva.	A instituição fomenta o financiamento das estratégias de educação inclusiva.
Indicador	12.2 Apoio financeiro e estudantil	12.2 Apoio financeiro e estudantil
Definição	A instituição conta com programas especiais ou estabelece convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes mais propensos a serem excluídos do sistema (em relação aos grupos prioritários nos delineamentos de polícias de educação inclusiva do Ministério da Educação).	A instituição conta com programas que apoiam convênios de cooperação com entidades que financiem o acesso e a permanência dos estudantes.

Fonte: dados da pesquisa

Após as discussões acerca dos fatores, indicadores e questões norteadoras,

alunos do curso de graduação em educação física avaliaram a clareza e compreensão de cada indicador e sua definição, para que a etapa seguinte da pesquisa possa ser iniciada.

O instrumento foi avaliado por 16 alunos com idade média de 22 anos, sendo 6 do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Dentre os respondentes não tivemos nenhum aluno auto declarado com deficiência. No tocante aos indicadores de existência, apenas o indicador 4 - Avaliação Flexível, não apresentou compreensão clara para mais de 25% dos alunos. Quanto aos indicadores de frequência, apenas os indicadores 7 – Pertinência e Impacto Social e 8 Processos de Autoavaliação e autorregulação – foram identificados com alguma dificuldade de entendimento. Todos os indicadores de reconhecimento foram compreendidos por mais de 85% dos respondentes.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a adaptação da ferramenta INES como parte fundamental de uma pesquisa mais ampla sendo também uma grande contribuição para estudos nesta temática para a comunidade acadêmica, uma vez que não se restringe especificamente a um único curso ou universidade.

Ao longo de seu desenvolvimento pôde-se realizar a interpretação e adaptação do INES para uso e aplicação em pesquisas que tem como foco o levantamento das barreiras de acessibilidade na Educação Superior. Os dados evidenciaram que apesar de possuírem contextos universitários diferentes, Brasil e Colômbia podem ser submetidos a uma análise sob o olhar de um mesmo instrumento, com pequenas alterações em seus enunciados bem como em suas definições.

Espera-se que, com o instrumento adaptado possa se encaminhar para o próximo passo do trabalho que é aplicar a versão final do INES para o Brasil e posteriormente outros países da América do Sul a fim de constatar e analisar as barreiras existentes nos diferentes espaços universitários e diferentes cursos de graduação, visando a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

Anache, A.A; Cavalcante, L.D. 2018. *Análise das condições de permanência do estudante com deficiência na Educação Superior*. Psicologia Escolar e Educacional, número especial, p.115-125.

Borges, M.L. & Martins. M.H. 2017. *Desafios institucionais à inclusão de estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior*. Revista Portuguesa de Educação, v.30, n.2, p.7-31.

Brasil. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* 2007. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2017. *Censo da educação superior – Sinopse Estatística da Educação Superior.* Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopsesestatisticas-da-educacao-superior Acesso em: 01 de nov de 2018.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Sistema de Seleção Unificada. 2013. .*Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior*, Brasília: SECADI/SESU

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015* - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 10 de ago de 2016.

Booth, T; Ainscow, M. (col.) 2000. *Guía para la melhora evaliación y mejora de la educación inclusiva*. CSIE. Centre for Studies in Inclusive Education. Reino Unido: CSIE, 130f.

Cabral, L. S. A.; Melo, F. R. L. V. de. 2017. *Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras*. Educar em Revista, n. Especial 3, p.55-70.

Carrillo J. F.; Aristizabal ,J. (autores intelectuales). 2017. *Índice de inclusión para educación superior (INES)*, Ministerio de Educación República de Colombia, Bogotá, 158p.

Louzada, J. C. de A. 2017. Inclusão educacional: em foco a formação de professores de educação física. Marília/SP: UNESP, 128f.

Oliveira, R.Q.; Oliveira, S.M.B.; Oliveira, N.A. et al. 2016. *A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior.* Revista Brasileira de Educação Especial, v.22, n.2, .299-314.